



**Gabinete
Compartilhado.**

Por que uma nova CPMF seria ruim, em 5 pontos

— Nota técnica nº 1 /2020

Setembro de 2020

1. Porque prejudicaria a competitividade

Adicionar um imposto em cascata que passará a compor o custo de produção e transação das empresas vai reduzir a eficiência das mesmas, sendo muito nocivo à economia. Esse custo adicional será percebido no valor dos produtos nacionais, levando à perda de competitividade da indústria do país. Os resultados esperados desse movimento são reduções no potencial de crescimento da economia e da geração de empregos, em meio a um cenário de crise e desaceleração da atividade econômica, resultantes da pandemia. Para as empresas, o novo imposto ainda pode contribuir para uma tendência de verticalização de processos, ou seja, a preferência pela produção de produtos próprios ao invés da realização de transações com outras companhias.

2. Porque teria caráter permanente

A abordagem para uma “nova CPMF” diverge da antiga justamente por seu caráter permanente. O imposto anterior era de incidência temporária, previsto para ser extinto. A nova CPMF é um exemplo de imposto ruim fácil de arrecadar, que acaba tornando-se alternativa para aumentar a arrecadação em tempos de crise. Exemplos de impostos do tipo são o imposto de vendas e consignações extinto na reforma tributária de 1965, que nasceu nos anos 1930 com alíquota de 0,5% (mas já atingia perto de 10% em alguns Estados quando desapareceu), e a própria Cofins, que surgiu como Finsocial nos anos 1980 com a alíquota de 0,5% e hoje está em 3% (cumulativa) e 7,6% (não cumulativa).

3. Porque criaria mais um imposto alto e regressivo

A CPMF cria um custo tributário maior do que o custo financeiro. A alíquota que vem sendo considerada pelo governo para o novo imposto é de 0,2%, sendo cobrado nas duas pontas, o que totalizaria uma alíquota final de 0,4%. A antiga CPMF tinha alíquota de 0,38% e incidia só de um lado da operação. Em uma transação de R\$ 1 milhão, por exemplo, cada lado precisaria pagar R\$ 2 mil de imposto para o governo.

Precisamos de uma reforma tributária que vise a simplificação de tributos, e não o contrário. Um imposto nos moldes da CPMF é injusto e regressivo, pois tanto os mais pobres quanto os mais ricos da população pagarão a mesma alíquota sobre tudo o que movimentarem em suas contas.

4. Porque aumentaria o custo para quem precisa tomar crédito

Uma nova CPMF poderá aumentar ainda mais o custo das operações de crédito no país. Hoje, uma das razões para as altas taxas de juros para os tomadores finais de empréstimo é justamente a tributação das transações financeiras através de três tributos: PIS, Cofins e IOF. Essa situação poderia ficar ainda pior com um quarto componente que equivaleria a 0,4% de custo adicional. Além disso, o efeito dele seria proporcionalmente maior do que o da antiga CPMF, pois agora a taxa de juros está em patamares muito inferiores ao do período de vigência da antiga CPMF. Outra consequência de impor a CPMF em um cenário de juros baixos é a elevação do custo do dinheiro. A CPMF afeta negativamente a rentabilidade tanto dos

tomadores e aplicadores como do sistema financeiro (KOYAMA e NAKANE, 2001)¹.

5. Porque não resolveria o problema de limite de gastos do governo

A antiga CPMF arrecadou 1,34% do PIB em 2007 (equivalente a R\$72 bilhões em valores corrigidos) e o novo imposto deve arrecadar o correspondente a 1,47% do PIB previsto para 2021 (R\$120 bilhões), segundo divulgado pela Economia. É uma tentativa do Governo de possibilitar a desoneração da folha salarial de até um salário mínimo e viabilizar o programa Renda Cidadã que deve substituir o Bolsa Família. Ainda assim, a medida não evita necessariamente que o Governo acabe estourando o teto de gastos para a implementação do Programa que deve prever maiores benefícios e maior alcance da população².

Embora não seja consenso, estudos indicam que a CPMF tende a aumentar a taxa de juros, e a dívida pública é calculada em cima dessa taxa. Por isso, “parte da arrecadação gerada pela CPMF seria fictícia, pois os gastos do governo também subiriam devido à elevação das taxas de juros reais. Portanto, o novo imposto aumentaria a arrecadação, mas, ao mesmo tempo, aumentaria os juros e os gastos do governo com a dívida. “A experiência internacional com impostos sobre transações financeiras quase sempre apresentou resultados negativos. A tendência universal é de eliminação destes impostos.” (ALBUQUERQUE, 2001)³

Gabinete Compartilhado

¹ [Trabalho para discussão publicado pelo Banco Central do Brasil](#)

² Com o aumento do orçamento do Bolsa Família (atualmente com R\$ 34,8 bi previstos), será necessário realizar um rearranjo das outras despesas primárias que já estão previstas e que já totalizam tudo o que pode ser gasto de acordo com a regra do teto. Por isso, mesmo que um novo imposto arrecade todo o valor necessário para cobrir as desonerações e a Renda Cidadã, a regra do teto de gastos impede que o Governo gaste mais do que o que já está previsto. Pela regra atual, a única maneira de implementar essas políticas seria remanejando o gasto primário que já está distribuído nos R\$ 1,485 trilhão (limite do teto de gastos).

³ http://www.tesouro.fazenda.gov.br/premio/Premio_TN/VIPremio/financas/2tefpVIPTN/ALBUQUERQUE_Pedro_Henrique.pdf

Coordenação

Chefe de Gabinete

José Frederico

Analista de Políticas Públicas

Mariana Lopes

Revisão

Analista de Políticas Públicas

Guilherme Macedo

Coordenador de Legislativo e Pesquisa

Humberto Teixeira

Especialista Consultado

Bernard Appy